

Percepção do Profissional Contábil sobre o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para Pequenas e Médias Empresas

Larissa Trazzi¹

Vidigal Fernandes Martins²

RESUMO

Diante da importância das pequenas e médias empresas no cenário atual da economia brasileira, bem como da crescente abertura desta aos mercados e investidores internacionais, intensificou-se a necessidade de adequação de tais empresas às normas internacionais de Contabilidade. Em 2009, o CPC emite o Pronunciamento para as Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), cujo foco incide na melhoria da qualidade e confiabilidade dos relatórios contábeis dessas instituições comparativamente àqueles preparados por empresas de grande porte. Assim, o objetivo desta pesquisa é investigar o nível de conhecimento e aplicabilidade do Pronunciamento Técnico PME pelos profissionais de contabilidade de Uberlândia. Para tal, foi aplicado um questionário em três escritórios de contabilidade da cidade. A amostra da análise é composta por 32 profissionais da área. O resultado revelou que apesar de a maioria dos respondentes trabalhar majoritariamente com empresas de pequeno e médio porte, eles não têm conhecimento acerca do Pronunciamento PME e nunca o aplicaram. Verificou-se, também, que grande parte dos respondentes aponta como a maior dificuldade para a adoção do CPC PME o alto custo de treinamento e aperfeiçoamento dos profissionais; e que eles, tampouco, podem mensurar os benefícios gerados pela adequação. De acordo com os dados obtidos, conclui-se que há carência de profissionais atuantes em Uberlândia com conhecimento e aptidão para aplicar o CPC PME.

Palavras-chave: CPC PME. Pequenas e Médias Empresas. Nível de Conhecimento.

ABSTRACT

Given the importance of small and medium-sized companies in the current scenario of the Brazilian economy, as well as the increasing opening of these companies to international markets and investors, the importance of the companies' compliance with international accounting standards has also increased. In 2009, the CPC issued the Pronouncement for Small and Medium Enterprises (CPC PME) whose focus was to improve the quality and reliability of the accounting reports of these institutions compared to those prepared by large companies. Therefore, the objective of this research is to investigate the level of knowledge and applicability of the PME Technical Pronouncement by accounting professionals of Uberlandia. To do this we applied a questionnaire to some of the largest accounting offices in the city. The sample of the analysis is composed of 32 professionals in the field. The results revealed that although most respondents work mostly with small and medium-sized companies, they are not aware of the PME Statement, and have never applied it. We also verified that most of the respondents believe that the greatest difficulty of adopting CPC PME

¹ Bacharel em Ciências Contábeis – Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia – FACIC/UFU – Avenida João Naves de Ávila 2121, Uberlândia – MG.

² Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia – FACIC/UFU – Avenida João Naves de Ávila 2121, Uberlândia – MG.

is the high cost of training and improvement of professionals; they also did not know how to measure the benefits brought by adequacy. According to the data obtained, we concluded that there is a shortage of professionals working in Uberlandia with knowledge and aptitude to apply the CPC PME.

Keywords: CPC PME. Small and Medium Enterprises. Knowledge level.

INTRODUÇÃO

A economia mundial tem passado por mudanças constantes que estimulam a competitividade no ambiente de negócios em âmbito global. No Brasil, tais transformações abrangem o processo crescente de abertura da economia a mercados estrangeiros.

Nesse sentido, é necessário que as empresas brasileiras estejam preparadas para tal competitividade, ou seja, aptas a captar recursos estrangeiros sob a forma de investimentos e, assim, participar de maneira significativa no mercado internacional competindo em igualdade com empresas de outros países. Desse modo, torna-se relevante a convergência da contabilidade aos padrões internacionais visando-se maior comparabilidade e confiabilidade das demonstrações contábeis aos usuários das informações.

Numerosas alterações foram introduzidas no Brasil a partir das Leis 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009, no intuito de uniformizar as normas brasileiras aos padrões das normas internacionais de contabilidade, as *International Financial Reporting Standards* – IFRS.

Em 2005, foi criado no Brasil o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), responsável, desde então, por emitir pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações contábeis em conformidade com o conjunto de normas internacionais. E, em 1º de janeiro de 2010, entra em vigor a Resolução do CFC nº 1.225/09, com a qual o CFC (Conselho Federal de Contabilidade) aprova a NBC TG 1000 – Norma de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Cabe destacar que, para além de determinar que tal norma fosse destinada à utilização por pequenas e médias empresas (PMEs), o documento dispõe, ainda, sobre características das PMEs (AZEVEDO, 2010, p. 425).

Deve-se, ainda, ressaltar o contexto desses eventos já que na economia brasileira há crescente interesse pelas pequenas e médias empresas justificado pela responsabilidade no aumento do nível de empregabilidade no Brasil. Conforme Campos et. Al. (2008, p.5) “o interesse pelas Micro, Pequenas e Médias Empresas tem aumentado devido ao importante

papel desempenhado pelas mesmas na criação líquida de empregos, até mesmo em períodos de recessão”.

Tendo-se em vista a relevância das pequenas e médias empresas, assim como de seu decorrente movimento de conversão às normas internacionais para que se tornem mais competitivas no mercado; esta pesquisa contribui para evidenciar os percalços da implementação do CPC para Pequenas e Médias Empresas analisando, especificamente, o nível de conhecimento dos profissionais de contabilidade sobre as convergências aos padrões internacionais de contabilidade. Nesse sentido, vale a ponderação de Prado et al. (2011, p. 1) quando afirma que “a convergência aos IFRS tem sido um desafio dispendioso, mesmo para grandes empresas, o que permite inferir que esta dificuldade possa afetar, em maiores proporções, as PME”.

Diante da percepção do cenário atual, o estudo procura responder qual seria o nível de conhecimento dos profissionais contábeis de Uberlândia-MG sobre o CPC para Pequenas e Médias Empresas.

A partir do objetivo geral de definir o nível de conhecimento dos profissionais de contabilidade sobre o Pronunciamento do CPC para PME's. desdobram-se outros objetivos específicos: conhecer a percepção dos profissionais quanto aos custos e benefícios da adoção do CPC PME e verificar o nível de utilização do CPC PME na elaboração das demonstrações contábeis pelos profissionais da cidade de Uberlândia-MG.

A contribuição desta pesquisa se constitui em apresentar a percepção dos profissionais quanto à adoção das normas internacionais de contabilidade voltadas às Pequenas e Médias empresas, através do estudo do nível de conhecimento destes profissionais a respeito do CPC PME. Com isso, pretende-se alertar para a necessidade de investimento em potenciais seminários e cursos preparatórios para a convergência às normas internacionais, no fomento às discussões sobre os custos e benefícios da adoção do CPC PME, que podem ser organizados por diversos atores sociais (sindicatos e órgãos interessados, por exemplo), para a formação dos profissionais da área.

O trabalho está estruturado em cinco seções, sendo esta a seção introdutória, seção 1. A seção 2 faz a revisão da literatura utilizada no presente estudo. A seção 3 apresenta os aspectos metodológicos implicados. A seção 4 traz os resultados encontrados acerca do nível de conhecimento e aplicabilidade do CPC PME pelos profissionais contábeis da cidade de Uberlândia-MG e discussões sobre estudos anteriores. Por fim, a última seção elabora as conclusões da pesquisa, bem como indica propostas para futuros trabalhos.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME)

O CPC PME traz simplificações quanto à convergência das normas brasileiras de contabilidade para as normas internacionais aplicáveis às pequenas e médias empresas. O Pronunciamento é mais amplo do que apenas alterações técnicas na elaboração das demonstrações contábeis e pretende modificar, com sua adesão, o modelo de negócios das pequenas e médias empresas. Como exposto por Silva (2011, p. 7):

A adoção das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS-PME) não é um exercício meramente técnico, envolvendo o reordenamento de informações e reclassificações nas demonstrações contábeis. A conversão para as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS-PME) irá desafiar os fundamentos de um modelo de negócios até então existente nas pequenas e médias empresas, e fornecerá a elas uma oportunidade ímpar para reexaminar e replanejar sua administração, através da maneira de reportar seus gerenciamentos internos.

Conforme a Resolução 1.255/2009 do Conselho Federal de Contabilidade, o pronunciamento das pequenas e médias empresas (CPC PME) é aplicado às companhias abertas reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; às sociedades de grande porte, como definido na Lei nº. 11.638/07; às sociedades reguladas pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados e outras sociedades cuja prática contábil é ditada pelo correspondente órgão regulador com poder legal para tanto.

De acordo com o CPC (2009), o Pronunciamento para Pequenas e Médias Empresas destina-se às empresas que não têm obrigação pública de prestação de contas e elaboram suas demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos.

O CPC, na Seção I, item 3.1, define o termo PME - Pequenas e Médias Empresas como:

(...) as sociedades por ações fechadas (sem negociação de suas ações ou outros instrumentos patrimoniais ou de dívida no mercado e que não possuam ativos em condição fiduciária perante um amplo grupo de terceiros), mesmo que obrigadas à publicação de suas demonstrações contábeis (...)

2.2 APRESENTAÇÃO E IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS BRASILEIRAS PARA AS INTERNACIONAIS

Para Iudícibus e Lisboa (2007), a contabilidade pode ser tomada como linguagem universal dos negócios à medida que importantes executivos estabeleçam uso e entendimento comuns para essa linguagem contábil. Assim, esses executivos, dentro de suas empresas, entre empresas da mesma região ou país, ou ainda de outros podem tomar decisões de investimento, rearranjar e redistribuir recursos, aplicar em bolsas e realizar negociações internacionais.

Para Weffort (2005), a adoção das normas internacionais de contabilidade facilita a análise de investimentos e créditos, reduz custos de empreendimentos multinacionais através da consolidação das demonstrações, facilita a entrada em mercado de capital estrangeiro e, por conseguinte, aumenta o seu nicho de mercado devido à melhoria no padrão dos demonstrativos contábeis.

De acordo com Delloite (2010), a adoção das IFRS PME traria como principais benefícios a facilitação a fontes de créditos e financiamentos em razão da melhoria na qualidade e confiabilidade de seus demonstrativos contábeis. Ele ainda ressalta que as contabilidades nesses moldes apresenta um modelo de prestação de contas interessante às empresas pelo porte de operações e estrutura societária.

Para Carvalho (2011), o CPC PME pretende alterar e demonstrar a contabilidade de maneira mais fidedigna à realidade da empresa. Ele ainda descreve o processo de convergência no Brasil como rápido e satisfatório e ressalta os benefícios à classe contábil, já que esses profissionais deixaram de atuar com “seguidores de regras”, tornando-se realmente responsáveis por auferir e ajustar valores.

De acordo com Lemes et al. (2011), as demonstrações contábeis elaboradas para fins gerais visam a atender aos usuários que não estão em posição de solicitar relatórios específicos como: sócios, acionistas, credores, investidores e empregados. Dessa forma, essas demonstrações podem ser apresentadas em separado ou dentro de outro documento público a fim de fornecer informações de natureza financeira para tomada de decisões.

Para Iudícibus e Lisboa (2007, p. 3), existe uma série de inegáveis vantagens na internacionalização:

- (a) a qualidade média das normas é claramente superior às atualmente existentes;
- (b) reduzem-se custos nas empresas (não terão que utilizar dois ou mais padrões ao mesmo tempo para efetuar os registros contábeis);
- (c) facilita-se o entendimento e a comparação por parte de investidores internacionais;
- (d) tem-se a impressão de que se entra no clube dos grandes.

2.3 Mudanças geradas pela adoção do CPC PME

Para Castro (2010), o contador precisa conhecer a operação da empresa como um todo, aprofundar seu conhecimento estratégico de tecnologias da informação e estreitar seu relacionamento com as demais áreas da empresa, em especial, no que diz respeito à área financeira e às relações com investidores.

As normas internacionais de contabilidade têm como maior objetivo diminuir as diferenças entre os países e permitir maior comparabilidade de demonstrativos contábeis. Conforme exposto por Carvalho, Lemes e Costa (2006, p. 15): “A contabilidade internacional surgiu para minorar as agruras de quem quer investir fora de seu país e até hoje tinha que manusear balanços em dezenas de normas contábeis distintas, tentando compatibilizá-las para comparar”.

De acordo com Deloitte (2010), o avanço na qualidade e comparabilidade das Demonstrações Contábeis é um dos grandes benefícios ou vantagens da aplicação das normas internacionais. As informações contidas nesses demonstrativos financeiros confere maior fundamentação às decisões de crédito, financiamento e investimentos.

Conforme Weffort (2005), no Brasil, muitos são os fatores que influenciam o processo de implementação das normas internacionais de contabilidade como: elevados custos de implementação e pouco conhecimento dos profissionais de contabilidade.

Em relação à adesão por grande parte das PME's aos padrões da contabilidade internacional no futuro, Hendriksen e Van Breda (1999), escrevem que a contabilidade sempre respondeu bem às mudanças de ambiente, avanços e progressos tecnológicos então não há motivos para acreditar que ela não continue acompanhando as mudanças que se farão necessárias.

2 METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

A presente pesquisa consiste num estudo descritivo. Como formula Gil (2008), esse tipo de pesquisa assume como objetivo a descrição das características de determinada população, utilizando-se comumente de técnicas de coleta de dados como questionários e observação sistemática. E, de acordo com Andrade (2007, p. 114), na pesquisa descritiva, “os

fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles”.

Noutras palavras, o propósito da pesquisa descritiva é “descrever situações, acontecimentos e feitos, isto é, dizer como é e como se manifesta determinado fenômeno” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p. 100).

Cabe ainda pontuar que este estudo se utilizou de pesquisa documental a qual “consiste na coleta, classificação, seleção e utilização de toda a espécie de informações, compreendendo também as técnicas e os métodos que facilitam a sua busca e identificação” (FACHIN, 2006, p. 146). No estudo documental, “o pesquisador pode encontrar dados em diversas fontes de documentos escritos, como: arquivos públicos, publicações parlamentares, jurídicas e administrativas, censos estatísticos, documentos de arquivos privados, cartas e contratos” (BEUREN; GOLAUTO, 2004, p. 134).

O método de abordagem do trabalho classifica-se como estudo quantitativo, pois “os dados quantitativos são mensurações em que números são usados diretamente para representar as propriedades de algo” (HAIR JUNIOR et. al., 2006, p. 100). Com o objetivo de adquirir informações baseadas em números, a pesquisa quantitativa possui “técnicas de coleta mais estruturadas e classificação objetiva” (HAIR JUNIOR et. al., 2006, p. 102).

Quanto aos procedimentos técnicos adotados, utilizou-se levantamento de dados com aplicação de questionário. Para Gil (2002), esse tipo de pesquisa colhe informações de um grupo significativo de pessoas acerca do problema que está sendo estudado para obter conclusões correspondentes aos dados coletados através de análise quantitativa.

Em respeito ainda aos procedimentos técnicos empregados, a aplicação de questionário, segundo Lakatos e Marconi (2003, p.222), “consiste na observação direta extensiva constituída por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador”.

3. 2 Desenho da pesquisa

Para realização do presente estudo, foi elaborado um questionário composto por 22 questões de múltipla escolha distribuídas em três partes principais (TABELA 1). Na primeira parte, é possível verificar informações acerca da caracterização dos respondentes, como por exemplo: sexo, formação profissional, cargo e área de atuação. Na segunda, há questões sobre conhecimentos gerais a respeito do pronunciamento CPC PME, bem como sobre a frequência

da aplicabilidade dele pelos respondentes. Por fim, a última parte do questionário contém questões relacionadas aos custos e benefícios de aplicação do CPC PME.

Tabela 1: Estrutura do Questionário da pesquisa:

Partes do Questionário	Assunto	Nº Questões
1. Caracterização do profissional contábil	Neste tópico há questões que visam determinar a característica do profissional como sexo, formação profissional, setor que atua, tempo de atuação, cargo atual que ocupa, qual o porte da empresas que atua e participação em treinamento sobre o CPC PME.	9
2. Questões Gerais	Nesta parte, é possível verificar o nível de conhecimento dos profissionais sobre o CPC PME com questões que abordam a leitura do pronunciamento e percepção quanto a obrigatoriedade e aplicabilidade do CPC PME.	10
3. Custos e Benefícios do CPC PME	Este tópico avalia sobre a percepção dos respondentes quais os maiores custos e benefícios da adoção do CPC PME.	2

Fonte: Elaborada pela autora.

Após sua elaboração, o questionário foi distribuído em três escritórios da cidade de Uberlândia entre o período de abril e maio de 2017. A amostra obtida foi de 32 questionários válidos.

A análise dos dados se deu por meio de moda e frequência relativa de respostas, onde a moda é o valor que mais se repetiu.

3.3 Limites dos Estudos

Em âmbito geral, esta pesquisa apresenta como limite de estudo: i) não houve análise de dados combinados; ii) a amostra da pesquisa contou com profissionais de diferenciados graus de formação, cargos e áreas de atuação; iii) na amostra utilizada, parcela significativa de profissionais não conseguiu responder a algumas questões.

No presente estudo não foi realizado o cruzamento de dados como: cargo ocupado (contador) e a aplicação do CPC PME ou cargo ocupado (diretor) e a percepção dos custos de treinamento do profissional contábil.

3 RESULTADOS

A Tabela 2 ilustra o perfil dos respondentes do questionário. Nota-se que a maioria é do sexo feminino (65,6%) e bacharel em Ciências Contábeis (56,3%). A maior representatividade em relação à área de atuação e ao cargo em que atua profissionalmente foram, respectivamente, área contábil (65,6%) e cargo de analista (31,3%).

Tabela 2: Perfil dos respondentes quanto a formação e cargo de ocupação atual:

Questões	Respostas	Respondentes	
		Quant.	%
Sexo	Feminino	21	65,6%
	Masculino	11	34,4%
Formação	Técnico	0	0%
	Graduando	7	21,9%
	Bacharel	18	56,3%
	Especialista	7	21,9%
	Mestrado	0	0%
	Doutorado	0	0%
Setor de Trabalho	Fiscal	9	28,1%
	Contábil	21	65,6%
	Departamento Pessoal	1	3,1%
	Outros	1	3,1%
Cargo	Diretor	0	0,0%
	Contador	4	12,5%
	Analista	10	31,3%
	Assistente	9	28,1%
	Treinee	0	0,0%
	Auxiliar	3	9,4%
	Consultor	2	6,3%
	Auditor	0	0,0%
	Sócio/Diretor	2	6,3%
	Outros	2	6,3%

Fonte: elaborada pela autora.

A Tabela 3 registra o perfil dos profissionais quanto ao tempo de atuação na área contábil, bem como das empresas que são seu foco de atuação. Os dados apontam que 43,8% têm de cinco a dez anos de atuação e que a maioria (65,6%) trabalha majoritariamente com RAGC, v.6, n.22, p.81-96/2018

empresas de pequeno e médio porte, sendo que 40,6% dos respondentes trabalha predominantemente com empresas optantes pelo regime tributário simples nacional.

Tabela 3: Perfil dos respondentes quanto ao tempo e empresa foco de atuação:

Questões	Respostas	Respondentes	
		Quant.	%
Tempo de Atuação	Até dois anos	3	9,4%
	De dois a cinco anos	7	21,9%
	De cinco a dez anos	14	43,8%
	Mais de dez anos	8	25,0%
Atua majoritariamente em empresas:	Pequeno Porte e Médio Porte	21	65,6%
	Grande Porte	8	25,0%
	Empresa de Capital Aberto S/A	0	0,0%
	Não Respondeu	3	9,4%
Atua majoritariamente em empresas optantes	Simple Nacional	13	40,6%
	Lucro Presumido	7	21,9%
	Lucro Real	8	25,0%
	Não respondeu	4	12,5%

Fonte: Elaborada pela autora.

A análise dos dados da Tabela 4 permite observarmos que o maior número de profissionais não participou de nenhum treinamento sobre o CPC PME (68,8%). A mesma porcentagem é contabilizada para aqueles que declararam não ter recebido treinamento da empresa onde trabalham na atualidade (68,8%).

Tabela 4: Participação e oportunidade de participação em treinamento sobre CPC PME:

Questões	Respostas	Respondentes	
		Quant.	%
Participação em Treinamento CPC PME	Sim	10	31,3%
	Não	22	68,8%
A empresa que atua já ofereceu treinamento sobre o CPC PME	Sim	8	25,0%
	Não	22	68,8%
	Não respondeu	2	6,3%

Fonte: Elaborada pela autora.

A Tabela 5 traz os resultados encontrados em relação aos conhecimentos gerais sobre o CPC PME. Pouco mais da metade dos respondentes da pesquisa (53,1%) declarou não ter

lido o Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias empresas (CPC PME) e 43,8% afirmaram ter conhecimento deficiente sobre o mesmo. No entanto, 43,8% acreditam que o CPC deveria ser largamente adotado no Brasil e 31,3% responderam que sua adoção representa um médio nível de benefícios. A minoria acredita que a adoção do CPC PME seja obrigatória (9,4%) e 46,9% responderam que a obrigatoriedade se dá para empresas de pequeno porte.

Tabela 5: Questões gerais sobre o CPC PME:

Questões	Respostas	Respondentes	
		Quant.	%
Leitura do CPC PME	Sim	15	46,9%
	Não	17	53,1%
Nível de Conhecimento	Satisfatório	2	6,3%
	Mediano	5	15,6%
	Superficial	11	34,4%
	Deficiente	14	43,8%
Largamente adotado	Sim	14	43,8%
	Não	2	6,3%
	Não sei responder	16	50,0%
Benefícios da adoção	Pequeno	4	12,5%
	Médio	10	31,3%
	Grande	6	18,8%
	Não sei responder	12	37,5%
Obrigatoriedade de adoção	Sim	13	40,6%
	Não	3	9,4%
	Não sei responder	16	50,0%
Obrigatoriedade de adoção por parte de	Pequeno porte	15	46,9%
	Médio porte	0	0,0%
	Grande porte	5	15,6%
	Nenhum porte	0	0,0%
	Não sei responder	12	37,5%

Fonte: Elaborada pela autora.

A Tabela 6 trata das questões sobre aplicabilidade do CPC PME pelos respondentes, onde se observa que a resposta fornecida pela maioria foi a de que jamais aplicaram CPC PME (87,5%), tendo o restante do grupo respondido tê-lo aplicado igualmente para pequenas e médias empresas (6,3% em pequenas empresas e 6,3% em médias empresas). A

maior parte dos profissionais que aplicaram CPC PME respondeu tê-lo realizado por iniciativa do seu gestor. E quanto à pretensão, a maioria (56,3%) respondeu não pretender aplicá-lo futuramente.

Tabela 6: Aplicabilidade do CPC PME:

Questões	Respostas	Respondentes	
		Quant.	%
Já Aplicou o CPC PME?	Sim	4	12,5%
	Não	28	87,5%
Aplicou em empresas:	Pequeno Porte	2	6,3%
	Médio Porte	2	6,3%
	Grande	0	0,0%
	Nenhum porte	28	87,5%
Motivos:	Iniciativa própria	1	3,1%
	Iniciativa do gestor	3	9,4%
	Financiamento exterior	0	0,0%
	Financiamento no país	0	0,0%
	Outros	0	0,0%
	Não apliquei	28	87,5%
Pretensão de aplicação para empresas:	Pequeno e médio porte	10	31,3%
	Grande porte	4	12,5%
	Não pretendo aplicar	18	56,3%

Fonte: Elaborada pela autora.

As questões sobre o custo e benefício da adoção do CPC PME são ilustradas pela Tabela 7, onde tem-se que a maioria (53,1%) não soube mensurar os custos da adoção do CPC PME e que 34,4% acreditam que os custos sejam altos. Para os profissionais que souberam avaliar, 25,5% acreditam que o treinamento do profissional de contabilidade configure o maior custo de adoção do CPC PME. Conforme os dados, a maior comparabilidade e confiabilidade das Demonstrações Contábeis preparadas em consonância com o CPC PME são tidas como benefício mais significativo de sua adoção.

Tabela 7: Maior Custo e Benefício da Aplicação do CPC PME:

Questões	Respostas	Respondentes	
		Quant.	%
Custo de Aplicabilidade	Alto	11	34,4%
	Baixo	4	12,5%
	Não sei responder	17	53,1%
Maior custo de aplicação	Treinamento profissional contábil	8	25,0%
	Custo de sistema de informática	4	12,5%
	Custo de implementação empresa	3	9,4%
	Não sei responder	17	53,1%
Principais Benefícios	Facilidade em contratação de Financiamento	4	12,5%
	Comparabilidade e Confiabilidade das Demonstrações	7	21,9%
	Maior utilidade e transparência das demonstrações para os usuários	2	6,3%
	Demonstrativos Internacionais	2	6,3%
	Não sei responder	17	53,1%

Fonte: Elaborada pela autora.

4 DISCUSSÃO

Estudos anteriores investigaram a utilização das normas e procedimentos contábeis internacionais pelos contadores. Através de um estudo exploratório, Prado et al. (2011) verificaram que a maioria dos profissionais de contabilidade das cidades de Araguari, Uberaba e Uberlândia-MG não utilizava o CPC PME na elaboração das demonstrações contábeis e que muitos deles nem sequer detinham conhecimento sobre o conteúdo do Pronunciamento na íntegra. A pesquisa ainda revelava que os profissionais acreditavam que o despreparo da classe contábil juntamente com a falta de apoio e treinamento por parte dos órgãos representativos eram os principais motivos pela falta de adesão ao CPC apresentada.

Diferentemente dos resultados do presente estudo, em que se constatou baixo nível de conhecimento do CPC PME pelos profissionais da cidade de Uberlândia, Paulúcio et al (2011), por meio de uma pesquisa em dois municípios do Espírito Santo, verificou que os profissionais contábeis possuíam conhecimento teórico sobre a convergência contábil às normas internacionais, porém não possuíam experiência na implementação das práticas. Este estudo ainda apontava ainda que os profissionais assumiam a importância deste processo tanto para a atuação profissional quanto para a Ciência Contábil.

5 CONCLUSÃO

Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de verificar o nível de conhecimento dos profissionais de contabilidade sobre o Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), bem como a frequência de sua adoção. Participaram da pesquisa 32 profissionais de contabilidade.

Os resultados demonstram que a maioria dos profissionais que participaram da pesquisa não detém conhecimento acerca do CPC PME e não sabem avaliar os custos e benefícios de sua adoção, justificando o fato de grande parte deles jamais o terem aplicado.

De acordo com a percepção dos profissionais participantes da pesquisa, como maior custo da adoção do CPC PME, destaca-se o treinamento de pessoal e como maior benefício, aponta-se a melhoria no nível de comparabilidade e confiabilidade das demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas internacionais.

O estudo também demonstra que as empresas não têm a preocupação de oferecer treinamentos para os funcionários acerca do tema, o que reflete um desinteresse não só do profissional, como dos escritórios de contabilidade.

Os resultados encontrados nesta pesquisa assemelham-se aos de demais estudos que também apontaram níveis baixos de adesão ao CPC PME nas cidades do Triângulo Mineiro justificados pelo despreparo da classe contábil e pela falta de apoio e treinamento por parte dos órgãos representativos.

O presente estudo não pode generalizar o nível de conhecimento do profissional contábil da cidade de Uberlândia devido ao tamanho de sua amostra, porém pode contribuir com a discussão acerca do conhecimento e adoção do CPC PME pelos profissionais e escritórios de Contabilidade nesta cidade.

Para futuras pesquisas, propõe-se aprofundar o estudo dos custos e benefícios da adoção do CPC PME e incluir na amostra demais usuários das demonstrações contábeis como: auditores, acionistas, bancos, dentre outros. Outra relevante possibilidade para próximos estudos configura-se em um estudo de caso com base em alguma empresa que tenha adotado o CPC PME, de forma que seja possível apresentar as mudanças geradas com sua adesão e os motivos para tal.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- AZEVEDO, O. R. **Comentários às Novas Regras Contábeis Brasileiras**. 5. ed. São Paulo: IOB, 2010.
- CAMPOS, J. G. F. de; NISHIMURA, A. T.; RAMOS, H. R.; CHEREZ, R. L.; SCALFI, V. B. **As pequenas e médias empresas no Brasil e na China: uma análise comparativa**. In: Seminário da Administração, 11. 2008, Anais... São Paulo: Semead, 2008. CD-ROM.
- CARVALHO, J. F. de A. **CPC-PME – A Reação dos Escritórios Contábeis após o Pronunciamento Conceitual Aplicado as Micro e Pequenas Empresas**. 78 p. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) – Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, Faculdade Lourenço Filho/Fortaleza, 2011.
- CARVALHO, L. N.; LEMES, S.; COSTA, Fábio Moraes da. **Contabilidade internacional: Aplicação das IFRS 2005**. São Paulo: Atlas, 2006.
- CASTRO, A. D. C. de. Contador deve continuar evoluindo para atender às demandas da profissão. Notícias da Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=127>>. Acesso em: 07/jun/2017.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC (Brasil). **Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_PME e Glossario.pdf>. Acesso em: 18/mai/2017.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.255/2009** – Aprova a NBC TG 1000 (NBC T 19.41) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes/_sre.aspx?Codigo=2009/001255> Acesso em: 11 set. 2016.
- DELOITTE, T. T. **IFRS para PMEs ao seu alcance: um guia para sua jornada rumo ao padrão Contábil global**. Disponível em: <http://www.deloitte.com.br/publicacoes/2007/Pocket_PME.pdf>. Acesso em: 30/mai/2017.
- FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia: pesquisa social, documental e de laboratório**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 210 p.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.
- _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HAIR JR, J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2006.

HENDRIKSEN, E. S., VAN BREDA, M. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, LISBOA, Lázaro Plácido, Contabilidade: Entre Umas e Outras. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/download/7723/7809>>. Acesso em: 12/ jun/2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A.; **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEMES, S.; SILVA, M. G. **A experiência de empresas brasileiras na adoção das IFRS**. Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 37-58, julho/setembro 2007.

PAULÚCIO, Natália Figueiredo. et al. O Profissional Contábil Diante da Convergência das Normas Contábeis: Análise da Preparação Desse Profissional nos Processos Organizacionais. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 8., 2011, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2011.

PRADO, T. A. R.; TEIXEIRA, B. R.; BERNARDINO, F. F. M.; LEMES, S. A utilização do pronunciamento do CPC para as pequenas e médias empresas: um estudo nas cidades de Araguari, Uberaba e Uberlândia - MG. In: XIV SEMEAD – Seminário em Administração FEA- USP, São Paulo. **Anais...SEMEAD**, São Paulo, 2011.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 195 p.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa: Definição da pesquisa a ser realizada: exploratória, descritiva, correlacional ou explicativa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006. 583 p.

SILVA, Raul Corrêa da. In: SOARES, Jairo da Rocha (Coord.). **Normas Internacionais de Relatórios Financeiros para Pequenas e Médias Empresas – IFRS-PME**. 2011. Disponível em: <<https://www.bdobrazil.com.br/pt-br/publicacoes/publicacoes-pt>> . Acesso em: 22/maio/2017

WEFFORT, E. F. J. **O Brasil e a harmonização contábil internacional: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado**. São Paulo: Atlas, 2005.